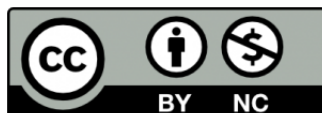




Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

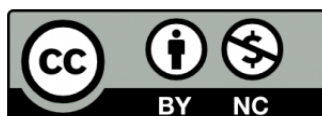
Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

[Psicologia: Reflexão e Crítica](#)

On-line version ISSN 1678-7153

Psicol. Reflex. Crit. vol.12 n.2 Porto Alegre 1999

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000200018>

A referência e o pensamento psicótico

*Francisco Martins¹
Arlison Corrêa da Costa
Ana Paula de Aquino
Universidade de Brasília*

Resumo

O esclarecimento da natureza do delírio conforme uma teoria da referência é o objetivo desse trabalho. A categoria da referência é investigada à luz da filosofia analítica da linguagem e da psicopatologia. Toda a reflexão teórica se desenvolve a partir da análise de excertos da fala de pacientes psicóticos e constata-se que o pensamento psicótico é caracterizado pela quebra do processo habitual de referenciação. É demonstrada a insuficiência de se conceber o delírio como apenas um erro judicativo e a necessidade de considerar as asserções delirantes dentro dos contextos mais amplos da linguagem ordinária e assim evidenciar a sua especificidade.

Palavras-chave: Referência; psicose; delírio.

The reference and the psychotic thinking

Abstract

The aim of the present paper is to describe the nature of delusion according to a theory of reference. The category of reference is investigated based in the analytical philosophy of language and in psychopathology. All theoretical reflection begins with the analysis of speech excerpts of psychotic patients and it is verified that psychotic thought is distinguished by the breaking of the usual process of referentiation. It is shown the insufficiency of conceiving delusion as only a judicative mistake and the necessity on considering delusional propositions under the more ample contexts of ordinary language and so clear up its specificity.







Keywords: Reference; psychosis; delusion.

O Delírio do Ponto de Vista Clássico



A palavra delírio provém do latim *delirare* e quer significar "fora do sulco", em uma alusão ao sulco que se realiza no campo ao ará-lo. Tal conotação aplicada ao pensamento humano indica o pensar fora do curso normal, fora do curso traçado por um princípio diretor, o que resulta em um pensamento mórbido, sem direção, desde há muito tempo considerado como o equivalente de doença mental em um sentido muito amplo (Goas, 1966). Esse uso genérico do termo é bem mais limitado tanto em inglês quanto em alemão, onde, sob denominações diferentes (*Wahn*, em alemão; *delusion*, em inglês), são designadas especificamente as alterações dos juízos. Para se salvaguardar o uso restrito do termo, nas línguas latinas convencionou-se o uso do termo delírio para delimitar as desordens primárias do pensamento. O uso da forma primitiva *delirium* reserva-se apenas aos quadros clínicos confuso-oníricos decorrentes de alterações do nível de consciência (Nobre de Melo, 1979). Nos delírios o pensamento é expresso sob a forma de falsos juízos e consequentemente

Services on Demand

Article

-  Article in xml format
-  Article references
-  How to cite this article
-  Curriculum ScienTI
-  Automatic translation
-  Send this article by e-mail

Indicators

-  Cited by SciELO
-  Access statistics

Related links

Share

More 

More

 Permalink

atualizados em proposições de conteúdo falso.

Nos primórdios da Psicopatologia entendia-se o delírio como promovido por um distúrbio afetivo fundamental. Formavam-se delírios parciais a partir de um estado melancólico e um delírio mais amplo a partir de um estado maníaco. Quando a faculdade da inteligência é comprometida pela intensidade dos sentimentos, então o juízo é dirigido mais pelo estado emotivo do que pelas regras da lógica ou da realidade objetiva (Pessotti, 1994). A refinada concepção de Cotard (1879, citado por Pessotti, 1994) é representativa desse modo de entendimento e reza que o

"excesso de dor como o de prazer, por fixarem a atenção incessantemente sobre o *eu* que os sente, concentra o homem em si mesmo.... e por isso.... o alienado permanece ordinariamente.... egoísta (...). Confinados a uma vida interior, terminam por servir-se de uma linguagem particular, indecifrável para quem não acompanhou a lenta evolução de seu delírio, linguagem repleta de expressões bizarras e até de palavras desprovidas de qualquer sentido. Para que essa evolução se complete é necessário que (as alucinações) apareçam de uma forma automática e, em certa medida independente; (...) o sentimento da personalidade se altera com as alucinações do ouvido representando um automatismo que se estende mais e mais sobre o domínio do antigo *eu*." (p.199)

As caracterizações atuais do delírio concebem o pensamento como um ato subjetivo de pensar. O juízo é tomado por um ato que exprime as relações existentes no mundo empírico e é expresso por proposições que estabelecem relações entre dois conceitos. Essa dupla face do ato judicativo é problemática para uma precisa definição do delírio pois coloca-nos a questão de situar em qual dos dois eixos se configura o falso juízo, se na discórdância entre o pensamento e o seu objeto (referência) ou se na relação equívoca entre os termos de uma proposição composta de um sujeito e um predicado.

O conceito de juízo é construído com o pressuposto de que haveria uma relação natural entre as palavras e as coisas. A cada fato referido dentro de uma sentença corresponderia um estado de coisas existentes na natureza, qual um espelho. No delírio, essa relação natural seria quebrada. Seria de se esperar que o delirante não mais conseguisse compartilhar o mesmo mundo de referimento que o do seu grupo social. Não é o que ocorre. A quebra no processo de referência parece ser seletivo e se atualiza apenas nos enunciados de conteúdo impossível ou dotados de graus variados de improbabilidade de ocorrência no mundo empírico. Frente a uma indefinição que poderia comprometer a especificidade do conceito de delírio passa-se a entendê-lo como um erro intrínseco apenas ao ato judicativo. A especificidade do delírio é procurada então na distinção com todas as outras modalidades de erro.

É necessário que antes de análises estritas do pensamento em sua dicotomia sujeito-predicado, forma geral da estrutura dos juízos, se proceda a uma análise da referência absoluta, ou seja, daquilo que as sentenças querem dizer. Mesmo que implícito um problema de constituição de referências em relação aos delírios não existe uma teoria da referência correlata. Pula-se essa etapa e já se procedem análises de um pensamento puro, ideal, descontextualizado da situação de uso das sentenças e facilmente redutível à noção do pensamento enquanto estado psicológico. Procedem-se análises da forma sujeito-predicado quando se deveria fazê-lo entre o sentido das sentenças e o seu referente no uso cotidiano da linguagem.

O Problema da Referência

O recurso ao princípio de identidade e às relações de igualdade que a ele subjaz são problemáticos para a lógica visto que ainda persistiriam questionamentos acerca da natureza dessas relações, se elas ocorreriam entre objetos ou entre sinais de objetos (nomes). Esse problema leva Frege (1892/1978) a dar início a toda uma série de investigações acerca da referência das proposições na linguagem ordinária.

É evidente que $x=x$ e $x=y$ possuem valores cognitivos diferentes. Sentenças analíticas do tipo $x=x$ vêm a constituir uma razão suficiente por si mesma. Quando se tenta construir um conhecimento calcado em tais bases, a lógica que a regerá será sempre de natureza intensional e comporta todos os riscos de se operar com conceitos ideais ou transcendentais. No terreno intensional há o risco constante de se criar ontologias particulares, pressupostos existenciais necessários e suficientes inerentes a qualquer tipo de objeto em questão visto que partem de uma relação de caráter tautológico.

Pelo contrário, uma relação entre aquilo a que x e y se referem só seria verdadeiro se $x=y$ não pudesse diferir de $x=x$ desde que $x=y$ fosse verdadeiro. Expressar-se-ia a relação de uma coisa consigo mesma mas que não se daria entre duas coisas distintas. Na concepção de Frege (1892/1978), a relação de igualdade entre x e y deve se dar não entre os sinais ou nomes. Ela só pode ser asserida se denomina ou designa alguma coisa mediante uma conexão de cada um dos dois sinais com a mesma coisa designada. Essa conexão, dita extensional pela abertura que permite em relação ao mundo empírico, é necessariamente arbitrária fazendo com que a sentença $x=y$ não só se refira a alguma coisa mas também dependa da maneira pela qual a designamos. Esse modo de apresentação do objeto, dependente do contexto de uso das sentenças, não assegura uma referência (*Bedeutung*) para um determinado nome ou sinal mas passa a constituir o sentido (*Sinn*) desse nome.

Para um conhecimento total da referência seria necessário que fôssemos capazes de dizer, imediatamente, se um dado sentido pertence ou não a essa referência e essa é uma tarefa impossível devido às imperfeições da linguagem ordinária. Esperar-se-ia que a uma totalidade perfeita de sinais correspondesse um sentido determinado e a esse uma referência específica. Não é isso que ocorre e, de fato, o entendimento da expressão se dá mesmo se não contamos com a referência desse nome. É o que acontece com exemplos do tipo "o corpo

celeste mais distante da Terra" e *"a série que converge menos rapidamente"* que possuem um sentido mas sem que se possa assegurar a sua referência (Frege, 1892/1978, p.63). Para assegurar-nos uma referência será necessário pressupor essa referência, indicar nossa intenção ao falar ou pensar.

Uma sentença assertiva completa, por exemplo, contém um pensamento completo. Em admitindo-se que possua uma referência, o que aconteceria se substituíssemos uma palavra da sentença por outra que tenha a mesma referência mas sentido diferente? A constatação é óbvia. O pensamento muda. Isso nos leva a considerar que o pensamento não pode ser a referência da sentença em questão mas deve ser considerado como o seu sentido (Frege, 1892/1978). O exemplo dado por Frege tornou-se clássico ao considerar apenas as diferenças de sentido nos dois seguintes pensamentos com uma mesma referência:

"A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo Sol.

A Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo Sol." (p.63)

Quem não soubesse que Estrela da Manhã e Estrela da Tarde compartilham um mesmo referente poderia inferir a verdade de uma asserção e a falsidade de outra. A preocupação com a referência empírica de um pensamento indica que admitimos ou pressupomos uma referência para as proposições e que somente a busca da verdade é que nos dirige do sentido para a sua referência. Assim é que se assume o reconhecimento do valor de verdade de uma sentença como sendo a sua referência. Esse movimento do plano dos pensamentos para o plano das referências é o que se chama de juízo. Entende-se por valor de verdade o fato da referência de uma sentença assertiva ser verdadeira ou falsa (Frege, 1892/1978).

Ressalta-se aqui que pensar não é sinônimo de nenhum ato subjetivo de pensar mas o seu conteúdo objetivo, proposicional. A subjetividade na apreensão de um pensamento não cabe nesse tipo de lógica. Isto se daria no caso das representações, definidas por Frege como uma imagem interna emersa de impressões sensíveis passadas e saturada de emoções inapreensíveis objetivamente. A mesma representação nem sempre está associada ao mesmo sentido no mesmo indivíduo nas mesmas situações de proferimento de uma mesma sentença. Constitui um modo da mente individual e mantém um vínculo mais próximo com a noção de experiência (Frege, 1892/1978).

Essa nova maneira de tratar o conteúdo proposicional do pensamento, em sua natureza extensional, não nos exime ainda de nos havermos com valores de verdade para a correção de quaisquer sentenças, delirantes ou não. Um progresso considerável é dado a partir do momento que a correção desses conteúdos não é só avaliada sob uma lógica de sujeito-predicado, onde um termo particular representado pelo sujeito recebe suas propriedades de um termo universal representado pela função lógica do predicado. A relação do pensamento com o verdadeiro não deve ser comparada com a relação entre sujeito e predicado. Sujeito e predicado, entendidos no sentido lógico (e não apenas gramatical), são partes do pensamento e estão no mesmo nível no que tange ao conhecimento. No ato de referência trata-se de assimilar identidades. A equivalência é expressa pela fórmula $x=y$. Na relação sujeito-predicado trata-se da incorporação de atributos a um objeto, seja ele um termo particular ou geral, e a assimilação é representada pelo sinal de cópula, ou seja, x é y (Frege, 1892/1978).

Regras para Referir e Regras para Predicar

Strawson (1950/1989) prescreve a necessidade de se distinguir dois tipos de convenções lingüísticas: regras para referir e regras para atribuir e adscrever. A satisfação das condições de utilização adscritiva correta de uma expressão faz parte daquilo que é enunciado por tal utilização enquanto que a satisfação das condições de utilização referencial correta de uma expressão não faz parte daquilo que é enunciado embora seja implicada por essa utilização (Frege, 1892/1978). Ou seja, as utilizações adscritivas não dependem de requisitos contextuais.

Em análise clássica realizada por von Domarus (1958), um paciente esquizofrênico sustentava a seguinte relação de identidade:

"Jesus = caixa de cigarros = sexo"

A justificativa para tão bizarra afirmação é a de que a cabeça de Jesus, como a de um santo, é circundada por um halo, a caixa de cigarros pelo selo de impostos e a mulher pelo interesse sexual do homem (von Domarus, 1958). A relação de identidade não é dada nem pela observação e nem pela pressuposição de um referente mas sustentada pela característica comum de cada um dos termos de *ter* a propriedade de *ser* circunvalado.

Se na linguagem ordinária o estatuto de existência ontológica é dado pela identificação de um referente, no discurso paralógico esquizofrênico afirma-se a existência apenas com base na identidade de propriedades e isto basta ao paciente mesmo que não se tenha operado referenciação alguma. O detalhe da circunvalação é uma propriedade accidental e irrelevante entre tantas outras que poderiam ter sido escolhidas como objeto de identidade e que de súbito passam a exprimir a idéia de essência. Esse modo de procedimento parece contrariar a dicotomia levantada por Strawson (1950/1989) entre regras para referir e regras para predicar visto que na sua impossibilidade de operar referenciação o esquizofrênico também perderia a capacidade de operar um suposto sistema de regras para adscrever.

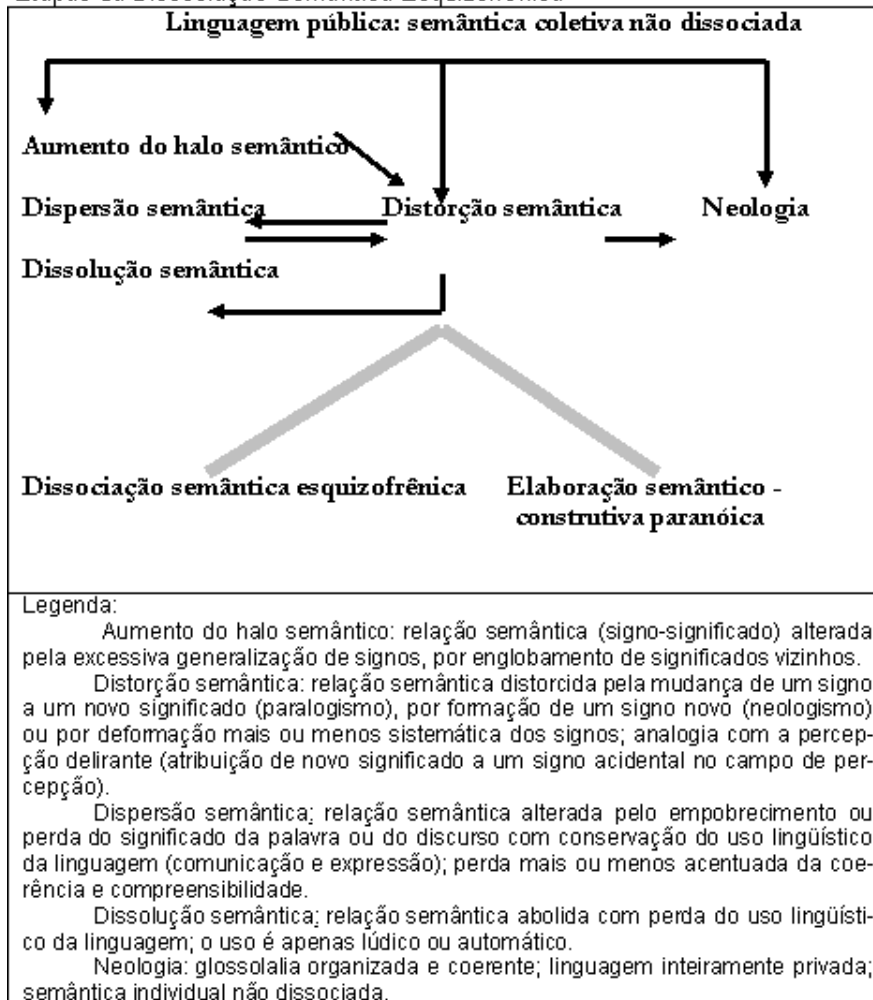
Para superar esse impasse passamos a levar em consideração um só conjunto de regras como responsável pela

submissão das adscrições a um princípio diretor que ordena o pensamento em suas atitudes proposicionais. O inconveniente dessa escolha é o de forçosamente admitir uma anterioridade lógica das atribuições de qualidade, de uma atitude classificatória prévia, em relação à constituição da referência. Para o esquizofrênico, a permanência em um processo desordenado de adscrições, uma atitude classificatória vazia, reflete justamente o fracasso na atualização efetiva das regras que regem o processo de referência e asseguram unidade às atitudes proposicionais.

A indistinção na posição representada pelos verbos ter e ser uma propriedade é flagrante quando não é operada qualquer referência. É interessante notar que essa característica apresenta gradações diferenciadas desde o exemplo citado em que se comunga com o esforço de operar uma referência até uma total desconstrução da linguagem e a aparente criação de uma linguagem privada que caracteriza o pensamento desagregado do esquizofrênico. A dissociação semântica esquizofrênica comporta etapas como as esquematizadas por Piro (1960), conforme apresentado na [Figura 1](#).

Figura 1.

Etapas da Dissociação Semântica Esquizofrênica



No caso de um paciente eminentemente delirante (paranóia) o modo de constituição do pensamento paralogico em suas diversas modalidades também segue a lógica de quebra das regras de operação da referência :

1. "*Vim assumir a Presidência da República!*" → Eu = Presidente da República → megalomania.
2. "*O Presidente Itamar Franco é o meu marido.*" → Presidente = meu marido → erotomania.
3. "*O Sílvio Santos promove um complô contra mim por meio das redes de televisão.*" → Sílvio Santos = meu algoz → delírio de perseguição.
4. "*Toda noite o Raimundo vai para a folia na casa da Maria.*" → Raimundo, meu marido = meu traidor → delírio de ciúme.
5. "*A Telebrásilia tem que me indenizar pelos horrores que a chefe imediata causou à minha saúde.*" → Telebrásilia, meu emprego / Mara, minha chefe = meus traidores → delírio reivindicatório.

Não se constrói uma referência compartilhada com outrem no que diz respeito aos conteúdos delirantes. É

instalada uma lógica exclusivamente predicativa que atribui propriedades existenciais sem que a elas corresponda referente algum. O delirante segue à risca a concepção de Frege (1892/1978) de que basta pressupor uma referência para nos assegurarmos do sentido da sentença. Poderia se considerar as correlações acima como só ocorrendo entre termos-sujeito mas essa é uma intuição ilusória. São os atributos desses sujeitos do mundo empírico, sua notoriedade ou sua grande importância para o indivíduo, que são assimilados para poder se afirmar e criar um modo de referir-se a si próprio fundamentado em assimilações de supostas propriedades alheias. Em cada exemplo um tipo particular de correlação se estabelece para configurar diversas espécies de distúrbio delirante.

A diferença fundamental do delirante com o esquizofrênico está no fato de que o paciente não sucumbe à desagregação do pensamento. Nem por isso escapa de construir um tipo de linguagem particular em que as atribuições de propriedades são auto-referenciais, reflexo do esforço contínuo de se operar referências eficazes. Necessita assegurar ao menos um *locus* de identidade e não sucumbir à impossibilidade de constituir referentes, dentre eles um eu simbolizado, como é o caso na esquizofrenia. No delírio, esse processo resulta numa inflação descontrolada de adscrições, via de regra megalomaniacas, em relação a si próprio.

O eu do delirante é aqui a medida de todas as coisas existentes no seu mundo. Acaba por nos revelar um fato insólito comum a psicóticos ou não: toda atividade ou posicionamento egóico só adquire existência para o próprio indivíduo no seio de uma atividade simbolizadora mais geral em que o eu é mais um dentre tantos objetos que necessitam alcançar o *status* de existência via referência eficaz e segura. A tragédia do delirante está no fato de que se instala um esforço contínuo, desmesurado e desenfreado, mas não ilógico, de se assegurar esse posicionamento a todo momento e não sucumbir ao risco de desestruturação esquizofrênica. A sua fala é antes de tudo egocêntrica e um pressuposto megalomaniaco está sempre presente nas atitudes proposicionais das diversas modalidades de distúrbio delirante. Entendemos que não é a doença que é processo, como apontado por Jaspers (1913/1987), mas o eu, de psicóticos ou não, e todo o aparato de referência que o acompanha é que é processando (Martins, 1995).

Identificação e Quantificação no Pensamento Psicótico

Procedendo a uma análise estritamente lógica, como a realizada por Quine (1969/1989), observa-se que, para se aceder ao modo de construção de objetos e esquemas conceituais de um estranho e assumir as suas atitudes proposicionais, defrontar-nos-emos com o empecilho de ter que entendê-lo à luz de nossos esquemas conceituais. Diante da situação de nos defrontarmos com uma raça desconhecida, com uma linguagem totalmente inédita, precisamos não só de um aparato de identificação que permita traçar equivalências de significado com nossos esquemas conceituais, tal qual um dicionário. Precisamos também de um aparato de quantificação que permita a transformação de um fato empírico vivido, dos atributos dos objetos percebidos nesse meio, em um fato delimitado por recortes conceituais e que venham a permitir uma identificação comum.

O observador externo não alcançaria nunca os recortes conceituais operados por dita raça em seu uso efetivo e imediato. Muitas vezes traduziria suas construções não direta mas contextualmente. Utilizaria de um lote limitado de definições contextuais e do truque ontológico de correlacionar determinados usos lingüísticos com a autoridade ou posição daquele que toma atitudes proposicionais específicas na vida de relação desse grupo. Construiria a referência aos objetos a partir de uma identificação ou referência egóica prévia. A conclusão permitida por esse modelo é a de que teorias, doutrinas, pontos de vista e culturas distintas constróem seus referenciais de maneira radicalmente particular e que os objetos referidos só fazem sentido provincialmente (Quine, 1969/1989).

Dentro de nosso próprio mundo de relações observamos que o processo de transformação das propriedades dos objetos em referentes seguros comporta etapas desde a mais tenra infância, quando não há distinção entre quantidades e qualidades. Somos tentados a interpretar expressões como *mamãe* e *água* como coisas ou substâncias quando nas suas presenças apropriadas ou como meio de induzir as presenças apropriadas (Quine, 1969/1989). Na concepção de Quine esses argumentos são equívocos porque "mãe", "água" e "vermelho" são todos de um só tipo para a criança. Cada um é somente uma história de encontro esporádico, uma porção dispersa do que ocorre ao seu redor. O seu uso das palavras é uma tentativa de aprender quanto do que ocorre ao redor dela pode ser tomado por "mãe", "água" ou "vermelho". Trata todos os três termos a partir do modelo de termo de massa tal como é compreendido pelo adulto. Só a partir do momento em que chega ao uso de termos individuadores é que se pode inferir que ela usa termos como termos, fala de objetos e executa referências eficazes. Para esse autor, desde a fase mais primitiva até a aquisição de entidades abstratas do aparato conceitual passa-se por fases divididas em seis etapas lógicas:

Fase 1: Não há domínio espaço-temporal do percebido, nem constituição de objetos a que se possa referenciar e a dicotomia geral-singular é irrelevante. Há somente estímulos e sensações e o esforço de apreender quantidades dispersas de cada coisa percebida.

Fase 2: Advento dos termos individuadores e onde emerge a noção de objeto espaço-temporalmente observável. "Mãe" já pode ser tomado por termo singular, mas "vermelho" e "água" ainda podem ser assimilados a uma propriedade geral. No caso de "água" ainda pode persistir a aceção de um elemento disperso só reconhecido pelas propriedades de "encharcado" ou "molhado".

Fase 3: Termos singulares que dependem de situações ostensivas para sua individuação, tais como "essa maçã", introduzem essa fase; apenas a qualidade geral "vermelho" não é suficiente para distinguir uma maçã

de um tomate, por exemplo.

Fase 4: Procede-se à junção de um termo geral a outro em posição atributiva. Pela primeira vez obtemos termos gerais que não são verdadeiros de coisa alguma como "maçã azul" e "bola quadrada" mas também coisas das quais os termos gerais assim formados são verdadeiros.

Fase 5: Formação de compostos pela aplicação de termos relativos a termos singulares obtendo-se compostos tais como "menor que aquela mancha". A sutileza de distinção com a fase anterior está em que a inexistência de maçãs azuis observáveis é equivalente à inexistência de maçãs azuis, enquanto que a inexistência de objetos observáveis menores que aquela mancha não é equivalente da inexistência de objetos menores que aquela mancha. Formam-se termos cujas referências se admite que sejam sempre inobserváveis sem que sejam repudiadas como inexistentes.

Fase 6: Formação de termos singulares abstratos tais como "vermelhidão", "redondeza", "humanidade", nomes de qualidades, atributos e classes. Introduce entidades abstratas, e difere da fase anterior pelo fato da referência ser inexistente sem uma implicação de grau de observabilidade.

A divisão em fases logicamente interdependentes nos faz constatar que a quebra nas possibilidades de referência durante a assunção de atitudes proposicionais, como ocorre nas psicoses, situa-se em qualquer das etapas. Não há uma possibilidade de classificação segura correlacionando cada etapa com modalidades psicóticas específicas. Apenas elucida-se os tipos de operação realizados pelo indivíduo e afere-se o grau de prejuízo das capacidades de constituição eficaz dos seus referentes tomando-se por base o grau regressivo no manejo de tais operações. A miscelânea é regra nesse processo haja visto que o psicótico também consegue efetuar referências adequadas.

Seguindo o caminho contrário à configuração de cada uma das fases, da Fase 6 à Fase 1, percorremos o caminho de desconstrução das possibilidades de referência do pensamento psicótico e evidencia-se o aumento do grau de dissociação semântica desde uma neologia delirante até à dissolução esquizofrênica completa:

Fase 6: "*A realeza britânica se ocupa de meus afazeres.*" → afirmação que bem poderia não ser delirante mas se assenta em pressupostos megalomaniacos (referência a um conceito; não implica em graus de observabilidade).

Fase 5: "*Há um satélite espião alienígena escondido na face oculta da Lua.*" → relato improvável de um delirante persecutório (referência inobservável mas não necessariamente inexistente).

Fase 4: "*Uma orquídea de aço cultivada há séculos garante minha presença no ministério divino.*" → afirmação de um megalômano mas que bem poderia ser esquizofrênica (atribuição de qualidades a um sujeito sem necessária correspondência com o mundo empírico).

Fase 3: "*Você vai deixar ele ir embora, doutor? Ele só quer comer e tomar banho.*" "*Ele está agora no interior do Pantanal*" → afirmações de um esquizofrênico que falha em usar ostensões de lugar e de pessoa (ele quer dizer eu).

Fase 2: "*Eu tomo remédio de faixa preta e fui lutar na faixa preta porque lá em casa tinha uma cachorra brava chamada Leão.*" → a identidade entre os termos sublinhados é dada pelo predicado bravo, causando uma dispersão semântica do conteúdo relatado pelo esquizofrênico.

Fase 1: "*Mato Grosso do Norte, Mato Grosso de Tubarú de Aracajú do Norte, Mato Grosso de Recife, Mato Grosso de pinga, faz nada, que ele é dopado assim dia e noite, diz que ele come que traspassa.*" → psitacismo esquizofrênico (dimensão significativa preservada); dicotomia geral-singular é irrelevante.

- "*Amerigan bois bré.*" → esquizofasia (dimensão significativa prejudicada); ausência de constituição de objetos.

Note-se que não se elabora aqui um paralelo entre os pensamentos infantil e primitivo e aquele encontrado nas psicoses processuais como costumeiramente se tem feito, posto que a criança se encontra em um processo ativo de *construção* da linguagem e concomitantemente de uma identidade e de um mundo semantizado. Pelo contrário, o psicótico se encontra em um processo passivo de desconstrução da linguagem e de seu representante mais precioso que é o *eu* (esquizofrenia) ou em uma reação a essa desconstrução iminente (paranóia).

Conclusão

Na nossa análise não se alcança o entendimento do que é o delírio tomando-o apenas por um erro judicativo. O impasse se coloca porque as análises corriqueiras são procedidas entre partes do pensamento ou das proposições e não entre a proposição e os seus referentes. Iniciando a análise dos casos clínicos a partir do momento lógico anterior que é a referência observa-se que a quebra no processo de referência dá particularidades ao modo de pensar psicótico não evidenciáveis pela análise estrita dos juízos proferidos.

Impossibilitado de realizar a identificação e quantificação eficazes da realidade extralingüística via referência, o

psicótico passa a fazer relações de identidade não só entre termos-sujeitos como também entre termos-predicados. Esse funcionamento empresta um caráter vago ao pensamento esquizofrênico. Fica prejudicado em designar com eficácia os objetos da realidade extralinguística e de assumir uma identidade simbólica plena.

O delirante protege-se da desintegração do pensamento ao pressupor referências paralógicas mas a eficácia da sua referência só se faz às custas de um processo desenfreado de predicções narcísicas posto que as utilizações adscritivas não dependem de requisitos contextuais. Evita a desintegração esquizofrênica ao construir um local de referimento para si próprio em que o próprio eu é a medida do seu mundo. Não se perde em adscrições vazias como o esquizofrênico, mas fica fechado em um mundo de adscrições fantasiosas. A quebra no processo de referência é diretamente proporcional à impossibilidade em proceder a identificações e inversamente proporcional à invasão do processo de identidade por predicados e paulatina desconstrução do mundo de referimento da linguagem. São fenômenos concorrentes e contemporâneos não sendo possível aferir qual o fenômeno primário.

Referências

- Frege, G. (1978). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1892) [[Links](#)]
- Goas, C. (1966). *Temas psiquiátricos* (Vol. 2). Madrid: Paz Montalvo. [[Links](#)]
- Jaspers, K. (1987). *Psicopatologia geral*. São Paulo: Atheneu. (Original publicado em 1913) [[Links](#)]
- Martins, F. (1995). *Psicopatologia II. Semiologia psicanalítica: O sintoma simbólico*. Brasília: Editora da UnB. [[Links](#)]
- Nobre de Melo, A. L. (1979). *Psiquiatria* (v.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [[Links](#)]
- Pessotti, I. (1994). *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34. [[Links](#)]
- Piro, S. (1960). La dissociation semantique. *Annales Médico-Psychologique*, 118(II), 407-436. [[Links](#)]
- Quine, W. (1989). *Falando de objetos*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1969) [[Links](#)]
- Strawson, P. F. (1989). *Sobre referir*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1950) [[Links](#)]
- von Domarus, E. (1958). Las leyes específicas de la lógica en la esquizofrenia. Em J. S. Kasanin (Org.), *Lenguaje y pensamiento en la esquizofrenia* (pp.127-137). Buenos Aires: Paidós.

Sobre os autores:

Francisco Martins é Psicólogo, Médico-Psiquiatra e Psicanalista, Doutor e Pós-Doutor em Psicologia pela *Université Catholique de Louvain* (Bélgica). Professor do Departamento de Psicologia Clínica e coordenador do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia da Universidade de Brasília.

Arilson Corrêa da Costa é Médico-Psiquiatra, Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília, Médico da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e do Hospital Universitário.

Ana Paula de Aquino é Psicóloga pela UnB e trabalha, atualmente, na atenção à saúde mental. no DF.

Recebido em 22.07.97
Primeira revisão em 24.11.97
Revisão final em 19.02.99
Aceito em 01.04.99

¹ Endereço para correspondência: SQN 107, Bloco H/402, 70743-080, Brasília, DF. Fone: (61)274 8096. E-mail: fmartins@unb.br

[Creative Commons](#)

**Rua Ramiro Barcelos, 2600 - sala 110
90035-003 Porto Alegre RS - Brazil
Tel.: +55 51 3308-5691**



prc@springeropen.com